

Os prejuízos dos bancos no exterior

por Celso Pinto
de Washington

Um grupo importante de credores estará acompanhando com ansiedade as conversas entre o governo brasileiro e o comitê dos bancos, hoje, em Nova York: os bancos brasileiros com agências no exterior.

Quanto mais vantajosa for a negociação para o País, pior ficará a situação para eles, que, no conjunto, tinham US\$ 7,9 bilhões em ativos brasileiros de médio e longo prazo no final de 1986.

O cenário mais preocupante para os bancos seria o Brasil conseguir, de fato, reduzir a zero a taxa de risco ("spread") cobrada acima da taxa básica interbancária londrina, a "Libor". Neste caso, os bancos brasileiros no exterior, sem exceção, acabariam no vermelho. Os recursos levantados por eles, para lastrear os empréstimos feitos ao Brasil, custariam, nessa hipótese, mais caro

do que o lucro obtido com os ativos.

Os bancos brasileiros têm discutido algumas alternativas para contornar a situação e elas incluem hipóteses extremas. O diretor de um banco oficial disse a este jornal que uma solução, já aventada com o Banco Central (BC) e que teria grande receptividade, seria o governo absorver todos os ativos dos bancos brasileiros, assim como o "funding", ou seja, as linhas de crédito que os lastreiam.

Neste caso, naturalmente, o prejuízo acabaria repassado ao BC. A suposição é que o BC, buscando diretamente recursos no mercado, poderia barganhar condições mais vantajosas.

Alguns bancos privados, que mantêm muitos ativos brasileiros em seus portfólios, prefeririam outra opção. Um alto funcionário de um dos maiores bancos privados do País argumenta que, embora a absorção dos ativos pelo BC seja

uma opção confortável, ela é perigosa: poderia ser o primeiro passo para a estatização completa das agências de bancos brasileiros no exterior, uma hipótese sempre temida desde que o Brasil decretou a moratória, em fevereiro.

Sabe-se que, junto com a moratória, o Ministério da Fazenda preparou um decreto que estatizava as agências dos bancos brasileiros e que seria usado se houvesse represálias muito fortes.

Dois bancos privados disseram preferir outra alternativa, já utilizada no acordo anterior com os bancos internacionais. Seria o compromisso do BC de pagar, efetivamente, a maior parte da dívida brasileira em vencimento nesses bancos.

O princípio é simples. A maior parte dos ativos brasileiros de médio e longo prazo em mãos de bancos do País tem seu vencimento bastante concentrado. Um banqueiro disse que grande parte dos empréstimos vence ao longo dos próximos quatro anos. Isso porque os bancos brasileiros, há muito tempo, desde a crise da dívida em 1982, deixaram de emprestar ao Brasil. Na realidade, eles não foram obrigados a comparecer com dinheiro novo nos sucessivos pacotes negociados com os bancos, reduzindo, dessa forma, sua posição relativa e encurtando o prazo de vencimento de seu portfólio.

No acordo de 1986, que reescalou os pagamentos do principal de 1985 e acertou provisoriamente o principal de 1986, ficou acertado que o BC pagaria US\$ 600 milhões, pro rata, dos vencimentos daquele ano. Neste ano, conforme o acordo com os bancos, o BC deveria pagar outros US\$ 400 milhões, mas, segundo um banqueiro, isso não está acontecendo.

(Continua na página 15)

O comitê representativo dos bancos credores considerou inaceitável a filosofia da proposta brasileira para a renegociação da dívida. Segundo fontes financeiras, esta posição consta de um documento que o comitê apresentará hoje em Nova York. Nele os bancos dirão que não aceitam negociar capitalização direta ou indireta de juros e rejeitarão propostas que visem criar uma divisão entre os bancos e as organizações multilaterais de crédito.

(Ver página 15)

Os prejuízos dos bancos...

por Celso Pinto
de Washington
(Continuação da 1ª página)

Por trás dessa mecânica, o governo imagina estar resolvendo vários problemas simultaneamente. Reduzindo o portfólio dos bancos brasileiros, fica também automaticamente reduzida a necessidade de "funding".

A maior parte dos bancos é obrigada a lastrear esses empréstimos de longo prazo girando recursos no curtíssimo prazo no mercado de dinheiro, garantidos pelo chamado "projeto 4" da negociação. Esses créditos interbancários, contudo, são permanente fonte de instabilidade. São os recursos mais voláteis e menos garantidos. As linhas comerciais de curto prazo estão lastreadas por operações concretas; as interbancárias dependem da liquidez do banco tomador.

Os bancos internacionais preferem ter menos linhas interbancárias e o Brasil também. Pagando os créditos aos bancos brasileiros nos vencimentos, o governo viabiliza a redução das linhas interbancárias e os bancos internacionais se comprometem a deslocar estes recursos para engordar as linhas comerciais de curto prazo. Por essa razão, a previsão é de que os ativos de médio e longo prazo brasileiros nos bancos caiam de US\$ 7,9 bilhões em 1986 para US\$ 7,5 bilhões no final deste ano.

O diretor de um grande banco diz que se o BC fixasse um "phasing out", um calendário de reduções gradativas do portfólio brasileiro, através do pagamento dos empréstimos em seu vencimento ao longo dos próximos anos, seria possível viabilizar a sobrevivência dos bancos brasileiros no exterior sem a estatização dos ativos.

Existem muitos bancos brasileiros com agências no exterior e mais ainda com ativos captados externamente e repassados no Brasil. No entanto, um reduzido grupo de instituições concentra a maior parte do total.

O maior credor é o Banco do Brasil (BB), com cerca

de US\$ 8 bilhões em empréstimos de médio e longo prazo e algo em torno de US\$ 500 milhões em linhas de curto prazo para o Brasil. O Banespa tem US\$ 1,2 bilhão no médio e longo prazo e outros US\$ 600 milhões no curto prazo.

O maior credor privado é o Real, com um valor de créditos de médio e longo prazo estimado em cerca de US\$ 800 milhões por algumas fontes. O Itaú e o Unibanco têm portfólios importantes mas menores. Num patamar inferior, pode-se contar o Nacional, o Bamerindus e o Econômico.

Por uma feliz coincidência, o Bradesco virtualmente só tem créditos de curto prazo ao Brasil: sua agência de Nova York foi instalada na semana em que o México detonou a crise da dívida, em 1982. Com isso, o Bradesco pode evitar a concessão de créditos mais longos ao Brasil, concentrando-se na fatia mais lucrativa desde então, as linhas comerciais de curto prazo.

No total, de todo modo, o grupo de bancos brasileiros forma uma fatia importante de credores, equivalente a 7,2% do total da dívida dos bancos privados no final do ano passado. Não é muito menos, por exemplo, do que o grupo de bancos japoneses para se fazer um paralelo.

Independentemente do que possa acontecer nesta rodada de negociações do Brasil com seus credores, os bancos brasileiros já têm sido obrigados a enfrentar várias complicações desde a moratória. Uma delas é a própria moratória: os bancos não estão recebendo os juros desde fevereiro e, nos Estados Unidos, estão sujeitos às mesmas regras de reclassificação e declaração de prejuízos dos outros bancos norte-americanos.

Uma forma de contornar a rígida legislação norte-americana, que todos os bancos brasileiros têm usado, a começar do BB, tem sido a transferência de ativos brasileiros mantidos em Nova York, até a moratória, para "paraísos fiscais", geralmente no Cari-

be (Ilhas Cayman, Bahamas, etc.).

Nesses "paraísos", assim como em outros países, empréstimos feitos ao Brasil têm sido aceitos, contabilmente, como créditos feitos em cruzados. E, em cruzados, a maior parte do pagamento de juros destes créditos continua em dia (dois banqueiros reclamam que, mesmo em cruzados, muitos órgãos e empresas estatais não têm honrado os compromissos). "Para as autoridades de um lugar como Cayman, por exemplo, tanto um empréstimo em dólar quanto um empréstimo em cruzados têm o mesmo significado básico: são créditos em moedas estrangeiras", explica o representante de um banco brasileiro.

Mas não é possível simplesmente zerar os ativos brasileiros em Nova York. E o que ficou está sujeito às leis contábeis norte-americanas. Mesmo que seja possível contornar a reclassificação no próximo dia 26 de outubro, os bancos teriam de enfrentar as empresas de auditoria na virada do ano. A interpretação de alguns banqueiros brasileiros é de que, possivelmente, será preciso declarar todo o ativo brasileiro de médio e longo prazo como em liquidação, a menos que a moratória seja suspensa.

Caso houvesse um impasse ou uma ruptura nas negociações entre o Brasil e os bancos, o cenário seria mais complicado. Possivelmente seriam reduzidas as linhas de curto prazo e a estatização das agências se tornaria muito provável. Mesmo que não se chegue ao extremo mais negativo, funcionários do governo temem que talvez o BB, em nome do BC, tenha de ser acionado para operações de resgate de bancos de menor porte no exterior. Um banqueiro privado diz que há uma alternativa menos dramática, que já tem ocorrido em alguns casos: bancos menores com problemas de conseguir "funding" de curto prazo, ou submetidos a exigências de juros excessivos, acabam recebendo dinheiro do

BC, a custo baixo, para aliviar sua situação.

Para os bancos em geral e o BB em particular, dada a dimensão de suas operações, a situação é paradoxal. Pode ser perigoso não haver um acordo, pelas pressões que isso gera nos mercados de curto prazo. Mas, feito um acordo que implique a eliminação do "spread" e, portanto, da remuneração dos bancos com ativos brasileiros, a percepção do mercado pode acabar sendo igualmente negativa.

O fato é que parece haver uma percepção generalizada de que chegou o momento de rever, mais uma vez, as vantagens e desvantagens de manter agências no exterior. O BB não exclui a hipótese de abrir uma nova rodada de enxugamento no número de suas agências internacionais. O Banespa já está num processo interno de discussão sobre suas dependências internacionais e sabe-se que vários bancos privados estão caminhando na mesma direção.

O sonho de unir a imagem de grandeza do Brasil com o número de bancos brasileiros no mundo, que inspirou a liberalidade com que o governo concedeu autorizações para os bancos operarem no exterior, na década passada, parece destinado a uma profunda revisão.

FMI/ADESAO — O presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, confirmou, ontem, que seu país apresentará um pedido formal de adesão do Fundo Monetário Internacional (FMI), ainda neste mês.

Segundo José Eduardo dos Santos, "fazer parte do FMI implica a adoção de um programa de reestruturação econômica que já iniciamos". A revelação aconteceu na entrevista à imprensa que encerrou sua visita oficial de cinco dias a Portugal.

O programa de saneamento econômico e financeiro anunciado em agosto passado, a reestruturação orgânica e administrativa, a revisão das leis na área econômica, representam medidas tomadas com o objetivo de preparar a entrada de Angola no FMI, explicou o presidente.